



### CRECHES GRATUITAS

# Governo promete chegar às 85 mil vagas



#### UDIPSS BRAGA

Sucessão na presidência foi pacífica e sem necessidade de eleições



#### GUIMARÃES

Nova casa do Patronato de S. Sebastião permitiu melhorar a resposta



#### VIZELA

AIREV vai construir novo equipamento para aumentar capacidade



### ACORDO ENTRE ENTIDADES DO SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO E GOVERNO

# Respostas sociais com atualização média de 10,4 por cento

9 A 14 DE OUTUBRO

## Festa da Solidariedade em Portalegre

**iD**

**Aprovado por dermatologistas**

**A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE**

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

**NORDHigieno**  
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



# Amor em ação

Como é do domínio público, aquando da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), o Papa Francisco visitou o Centro Social Paroquial da Serafina. A Mensagem que, na ocasião, dirigiu aos presentes, como é óbvio, tem de ser lida no contexto e lugar em que a mesma foi proferida. Dirigia-se aos que têm o dever de saber que *«la caridade é a origem e a meta do caminho cristão, e a vossa presença, realidade concreta de «amor em ação», ajuda-nos a não esquecer a rota, o sentido daquilo que sempre estamos a fazer.»*<sup>1</sup>. Sei que a palavra “caridade” é, facilmente, rejeitada (até por cristãos), porque em nome dela se praticam ações que nada têm a ver com o seu verdadeiro sentido. Mas, sem ser acomodaticio, julgo que consigo extrair da Mensagem papal extratos que podem ser úteis a todos os que fazem parte desse grande universo da Solidariedade Social e das instituições suas cooperantes. Permitam-me, então, que me aproveite dela para vos deixar alguns pontos para reflexão.

A solidariedade social é tecida por milhares de instituições que são dirigidas por pessoas que só podem ter como lema de vida o «amor em ação» ou se se quiser outra afirmação do mesmo Papa, «Amizade Social», que é subtítulo dessa extraordinária Carta Encíclica *Fratelli Tutti*. Se não for este o espírito para a missão dos dirigentes das IPSS, podem adquirir projeção social, mas a solidariedade fica secundarizada. Até a grande parte das/os prestadoras/os de serviços – para não dizer praticamente todos – têm de se imbuir muito desta motivação, pois os incentivos salariais nem sempre são compensadores para as exigências dos serviços que lhes são exigidos. Mesmo que o fossem, a componente humanista, traduzida em atos de ternura, afeto, paciência, compreensão... não podem estar ausentes da solidariedade social.

Francisco apelou a *«fazer o bem, juntos; concretamente, isto é, não só com ideias, mas*

*concretamente, estar perto dos mais frágeis.»*<sup>2</sup> Neste brevíssimo trecho podemos recolher três recomendações: **a) Um apelo à cooperação.** Não só na área social, mas muito nela, constituem-se, obrigatoriamente, parcerias para tudo. Em muitos casos, encontram-se as mesmas pessoas em diferentes comissões. Apesar de tudo, ainda não aprendemos bem, a colaborar juntos. Há exclusão colaborativa quando predomina o poder de uns, porque representam instâncias oficiais, outros por estarem legitimados pelo voto popular, e ainda instituições, por serem mais antigas ou mais relevantes na comunidade. São raras as comissões em que os parceiros tenham poder de decisão o que leva a adiar problemas, quantas vezes, urgentes. É imperioso criarem-se plataformas, verdadeiramente, colaborativas, porque elas não são uma moda epocal, mas uma realidade inevitável. A crescente complexidade do ser humano e de tudo o que o circunda obriga a que nenhuma entidade, (desde o Governo Central à coletividade da aldeia mais recôndita deste país), julgue que consegue fazer o bem, com qualidade, sem precisar da colaboração de outra instituição mais próxima. Se queremos fazer bem, o bem que fazemos, estamos “condenados” a fazê-lo em colaboração, mas que seja franca, disponível, democrática, valorativa e mobilizadora; **b) Sermos práticos e não tanto idealistas.** Talvez possamos ver nesta advertência o evitar falar-se tanto de pobreza e de exclusão social, das suas causas e possíveis soluções e, contrastando com isso, as desigualdades continuarem a aumentar, bem como as taxas da pobreza a crescerem, ou a diminuírem em percentagens mais ténues que as esperançosas ideias, verbalizadas ou escritas, sobre este persistente flagelo. Mas também me fez pensar nas exigências técnicas colocadas a IPSS para determinadas respostas sociais que são a evidência de que quem cria as normas tem ideias interessantes,

mas não concretizáveis num país como o nosso, e quem as concretiza limita-se a cumprir a norma e a não conhecer o concreto ou, se o conhece, a não ter a coragem de afirmar que a ideia não se coaduna com a realidade. Há dias, tive acesso a um parecer técnico tão absurdo de uma resposta social que quem o emitiu não conhece, minimamente, o que estava em causa, mas fundamentou-se bem, em não sei quantos diplomas e regulamentos. Estou numa expectativa incômoda para saber o que irá acontecer à instituição em causa. É que estes tipos de tecnocratismos, em regra geral, prejudicam sempre os mais frágeis: c) este é o ponto que refere o pedido de Francisco a **«estar perto dos mais frágeis»**. Sempre o grande desafio que se coloca à solidariedade social. Reconheço, contudo, que o modelo de cooperação existente não facilita a que se cumpra este desígnio. Durante anos, dirigi uma IPSS que servia cerca de mil e mais umas centenas de pessoas. Destas, só trezentas e poucas é que pagavam mensalidades, e nem sempre regularmente. Nas valências que não recebiam contribuição das pessoas, o Estado só pagava 80% dos custos. Tínhamos de arranjar o restante. Para proteger os mais frágeis, fragilizava-se os salários das/os colaboradoras/os. Sempre com a sensação de pagar o que a lei estipulava, mas não o justo. Aos colaboradores assalariados das IPSS não se pode exigir solidariedade, pois é um valor humano que cada um assume de acordo com a sua consciência. Para que ninguém fique excluído, é urgente rever o modelo de cooperação entre as IPSS e o Estado. Todavia, que não seja, como sei que não é em muitas instituições, a falta de apoio financeiro estatal adequado, que deixe para trás os mais necessitados.

Talvez volte na próxima edição a esta Mensagem de Francisco, mas não quero adiar mais, um seu apelo: *«Continuai a fazer da vida um presente de amor e de alegria.»*<sup>3</sup>

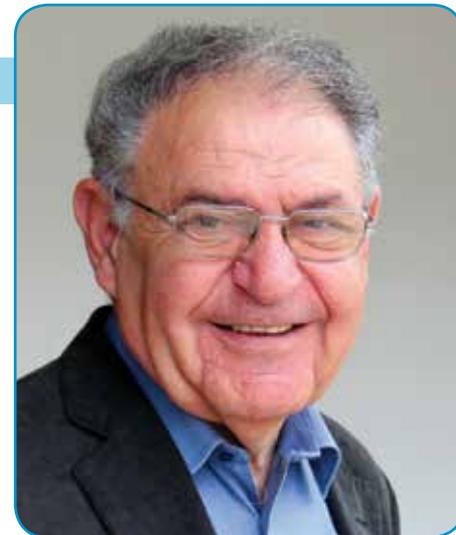
1 | Cf. FRANCISCO, JMJ LISBOA 2023 -Discursos e Homílias- Todos, todos, todos!, Prior Velho, Editora Paulinas, 2023, 47.

2| Cf. *Ibidem*, 48.

3| Cf. *Ibidem*, 51.

## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS IPSS

# Sinais positivos

## 1. EBITDA

### E RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO

Com base na amostra estratificada nos estudos sobre a importância económica e social das IPSS em Portugal constata-se, quer para a amostra de 565 Instituições, quer para a amostra de 1000 instituições, uma tendência de aumento da percentagem de IPSS com resultados negativos, entre 2016 e 2018, para um nível acima dos 40%, sendo que os resultados negativos antes de encargos financeiros, impostos e amortizações e depreciações (EBITDA) registou uma tendência de crescimento para níveis ligeiramente acima dos 20%. Nos anos de 2019 e 2020 houve uma melhoria, com inversão destas tendências, descendo para cerca de 33% a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos e para cerca de 15% a percentagem de IPSS com EBITDA negativo. Em 2021 houve um ligeiro retrocesso nesta tendência positiva, aumentando para cerca de 36% as IPSS com resultados líquidos negativos e para 17% com EBITDA negativo.

Importa comparar estes resultados com os dados da Central de Balanços do Banco de Portugal, particularmente as empresas não financeiras e para o sector social dito lucrativo que nesses dados corresponde a grande parte das organizações da CAE 87 (atividades de apoio social, com alojamento) e 88 (atividades de apoio social, sem alojamento). Para 2021 observa-se que 33% das empresas não financeiras, 34% das organizações da CAE 87 e 27% das organizações da CAE 88 apresentaram EBITDA negativo, um valor significativamente superior aos cerca de 17% no caso das IPSS. Relativamente aos resultados líquidos negativos, o valor é mais próximo, particularmente para as organizações da

CAE 88, que atingiu 35%. Já no caso das empresas não financeiras e das organizações da CAE 87, cerca de 39% e 42% destas, respetivamente, apresentaram resultados líquidos negativos, valores superiores aos observados nas IPSS.

Conclui-se, assim, que a percentagem de IPSS com resultados operacionais tem sido menor do que no conjunto das empresas não financeiras e no sector social dito lucrativo, mas que a situação se inverte no caso da percentagem de organizações com resultados líquidos negativos, situação que se fica a dever ao peso relativamente maior das amortizações no caso das IPSS. Note-se, no entanto, que no ano de início da pandemia a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos foi menor do que no conjunto das empresas não financeiras e no sector social dito lucrativo.

## 2. RÁCIOS DE LIQUIDEZ E FINANCEIROS

Quer para a amostra de 565 IPSS, quer para a amostra de 1000 IPSS, os rácios de liquidez apresentam valores muito positivos, sempre superiores a 1, o que significa que as IPSS têm capacidade para, se necessário, saldar o seu passivo corrente recorrendo unicamente ao ativo corrente que detêm, o que se apresenta como uma segurança para os seus credores. Em particular, destaca-se um rácio de liquidez imediata de 1,2 em 2021, o que significa que as IPSS, em termos agregados, conseguem saldar as dívidas do passivo corrente recorrendo unicamente aos valores mais líquidos que detêm, nomeadamente caixa e outros depósitos. Para termo de comparação, este rácio nas empresas não financeiras e no sector

social dito lucrativo é, respetivamente, de 0,3, 0,4 e 0,5 em 2021, revelando uma incapacidade de utilizar a liquidez mais imediata para saldar as dívidas correntes das suas atividades.

No que se refere à estrutura financeira, os indicadores também são positivos para as IPSS com bons rácios de solvabilidade. As taxas de endividamento são muito menores do que nas empresas não financeiras, o que demonstra um menor recurso ao financiamento externo e um maior recurso a fundo próprios, ou a subsídios que apoiam a atividade das IPSS, o que garante uma menor exposição ao risco dos mercados financeiros.

## 3. PACTO DE COOPERAÇÃO

Indicador positivo é, também, o facto de o novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, subscrito em 21 de dezembro de 2021, no número 3 b) da sua cláusula VII, assegurar, de forma progressiva e anual, o reforço do valor das participações da segurança social, no âmbito dos acordos de cooperação, de forma a atingir uma repartição equitativa dos custos médios por utente, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado.

Eventual indicador muito positivo será, também, o de, em sede da possível revisão constitucional, a Constituição da República Portuguesa, no seu número 63, ao lado da segurança social e da solidariedade, assegurar a proteção social como um direito universal e, conseqüentemente, vier a ser criado um sistema nacional de proteção social em que o sector social solidário seja consagrado e preferencial.

COVID 19

# Comissão europeia aprova vacina para subvariante do vírus

A Comissão Europeia aprovou uma vacina adaptada à subvariante XBB.1.5 do vírus Ómicron da covid-19, falando num “marco importante” na luta contra a doença, a tempo das campanhas de vacinação pelos Estados-membros no outono e inverno.

“Hoje, a Comissão autorizou a vacina contra a covid-19 adaptada ao Comirnaty XBB.1.5, desenvolvida pela [farmacêutica] BioNTech-Pfizer. Esta vacina constitui mais um marco importante na luta contra a doença”, sendo esta a terceira adaptação deste fármaco para responder às novas variantes, indica a instituição em comunicado de imprensa.

O executivo comunitário assinala que esta ‘luz verde’ surge após uma “avaliação rigorosa” efetuada pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla inglesa), ao abrigo do mecanismo de avaliação acelerada.

“A Comissão autorizou esta vacina adaptada ao abrigo de um procedimento acelerado para permitir que os Estados-membros se preparem

a tempo para as suas campanhas de vacinação do outono e inverno”, apela.

A aprovação surge depois de, na passada quarta-feira, a EMA ter recomendado a autorização de uma vacina adaptada à subvariante XBB.1.5 do vírus Ómicron da covid-19.

A vacina - conhecida como Comirnaty Omicron XBB.1.5, do grupo farmacêutico BioNTech-Pfizer - destina-se a ser utilizada na prevenção da covid-19 em adultos e crianças a partir dos seis meses de idade.

Em conformidade com as recomendações anteriores da EMA e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC), os adultos e crianças a partir dos cinco anos de idade que necessitem de vacinação devem receber uma dose única, independentemente do seu historial de vacinação contra a covid-19.

As crianças entre os seis meses e os quatro anos podem levar uma ou três doses da vacina.

Em 17 de agosto, o ECDC classificou linhagens recombinantes da variante Ómicron do

coronavírus SARS-CoV-2 como variantes de interesse, alertando para o aumento da propagação e da transmissão da covid-19 na Europa.

“O ECDC classificou todas as linhagens do tipo XBB.1.5 com a alteração adicional de aminoácidos F456L como variantes de interesse. Isto deve-se a um rápido aumento da proporção destas variantes atualmente em circulação, que podem ter propriedades de fuga imunitária em comparação com as variantes que estavam anteriormente em circulação”, indicou a agência comunitária numa nota de imprensa então divulgada.

A covid-19 é uma doença respiratória causada pelo SARS-CoV-2, um tipo de vírus detetado em finais de 2019 na China e que se disseminou rapidamente pelo mundo, assumindo várias variantes e subvariantes, umas mais contagiosas do que outras.

A doença foi classificada como pandemia em 11 de março de 2020 e, em maio de 2023 deixou de ser uma emergência de saúde pública internacional.

VIOLÊNCIA FÍSICA | VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

# AS DESCULPAS PARA O QUE LHE FEZ SÃO UMA DATA DELAS.

TODOS OS DIAS ERAM DIFERENTES,  
MAS NUNCA FORAM.  
PONHA FIM À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

SMS 3060 OU LIGUE 112 OU 800 202 148

19 DE JULHO

03 DE JUNHO

09 DE MARÇO

15 DE MAIO

Cofinanciado por:

REPÚBLICA PORTUGUESA  
INICIATIVA LEI DE ESTADO  
DA SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

CIG  
COMISSÃO PARA A CIDADANIA  
E A IGUALDADE DE GÉNERO  
Iniciativa Estado e do Investimento

POISE  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO

CRESCER ALGARVE  
2020

PORTUGAL  
2020

UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

JORGE PEREIRA, PRESIDENTE DA UDIPSS BRAGA

# O Sector Social Solidário precisa de um choque cultural e geracional

Perante os novos desafios da sociedade e novas necessidades dos utentes das IPSS, Jorge Pereira, o novel presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) de Braga, defende que “o Sector Social Solidário tem que ter um choque cultural e geracional”. Cooptado pelos restantes membros da Direção para substituir o anterior presidente da União, D. Roberto Mariz, promovido a Bispo Auxiliar do Porto, Jorge Pereira assegura a tranquilidade do processo sucessório e a firme determinação de todos os órgãos sociais em levar o mandato até ao fim, prosseguindo os objetivos anteriormente traçados.

Sublinhando o crescimento da União Distrital, atualmente com 296 associadas num universo de cerca de 350 IPSS que existem no distrito, Jorge Pereira reafirma o lema da instituição, «Unidos por uma causa», como a forma de estar da UDIPSS Braga com as associadas e os demais agentes do Sector Social Solidário.

## **SOLIDARIEDADE - A União Distrital conta 20 anos de existência, que retrato é possível fazer do Sector Social Solidário no distrito?**

JORGE PEREIRA - O distrito de Braga, a nível social e solidário, é dos mais ativos do país, o trabalho da UDIPSS também é um dos melhores que conheço, fruto disso é o número crescente de associadas, ativas, participativas e com quotas pagas. Depois, temos trabalhado muito a capacitação dos dirigentes, dos quadros técnicos e dos recursos humanos das instituições e não temos deixado ficar ninguém para trás. O que se verifica no distrito de Braga é a força que advém da união que existe em torno da UDIPSS. As associadas têm encontrado respostas na União Distrital para ajudar a resolver os seus problemas, a descobrir novos caminhos e a inovação social e na proximidade no apoio jurídico e outros. O que sinto é uma forte união em torno da UDIPSS. Aliás, o nosso lema, nestes últimos anos, é «Unidos por uma causa comum». Inclusive, neste processo de transição da presidência foi tudo muito pacífico e até a sucessão do D. Roberto Mariz, indicado para Bispo Auxiliar do Porto, no interior da UDIPSS foi totalmente pacífica, porque todos os órgãos sociais estão aqui de forma muito unida, pelo que se optou por não fazer eleições intercalares. Estendemos o mandato, que está a terminar, até outubro, antecipando as eleições em cerca de três meses. Acima de tudo, a UDIPSS Braga tem um projeto e um caminho muito bem definidos, há propostas e há ideias e temos aplicado esse programa de ação de forma rigorosa, fazendo todos os anos muito mais do que se tem prometido. E assim vamos continuar até ao fim deste mandato.

## **No quadro geral, quais as maiores lacunas, em termos de resposta social, no distrito de Braga?**

Hoje, nos meios mais urbanos, em especial em Guimarães e em Famalicão, são as creches, mas estende-se a todos os concelhos. E falei naquelas



duas cidades – aliás, surgiu um problema no PRR por causa de estarem a ser usados os Censos de 2011 e não os de 2021 –, porque, fruto do forte crescimento industrial, estes concelhos atraíram muita gente, casais com filhos, e a realidade populacional dos concelhos está muito desfasada da que mostram os Censos usados. Isto fez com que Guimarães e Famalicão ficassem quase de fora do acesso às candidaturas do apoio do PRR à construção de creches e são aqueles que, hoje, mais precisam. As creches são a primeira lacuna, mas as ERPI continuam a ser uma necessidade em todo o distrito. Os lares que existem estão todos cheios! Depois, os Lares Residenciais para a área da deficiência, porque ficaram de fora dos apoios dos fundos comunitários. Tanto no POPH, como agora no PRR, por ser uma resposta de institucionalização, ficou sempre de fora. E o governo terá que retificar esta situação, porque é uma resposta muito necessária.

## **Que balanço se pode fazer do PRR no distrito?**

Neste momento, o distrito tem muitas candidaturas aprovadas, mas ainda não se consegue ver o resultado, porque, agora, é preciso a fase da construção.

## **Noutros distritos, há instituições que estão a desistir das candidaturas aprovadas, face ao desfasamento dos valores orçamentados à data da aprovação e os preços de mercado de agora. Há conhecimento de situações similares aqui em Braga?**

Enquanto presidente da UDIPSS, quero acreditar nas palavras do governo e da senhora ministra Ana Mendes Godinho. Eu disse, aquando do PARES, que havia uma forma de compensar e lá saiu uma portaria com mais 20% de majoração e ainda o prolongamento do prazo até outubro, o que foi uma boa ajuda. No PRR, a questão é complexa, mas, no dia 1 de junho, a senhora ministra, em Lisboa, anunciou duas excelentes medidas para este programa e que passam por uma majoração de 20% e isenção do PROCOOP, ou seja, garantia

dos acordos de cooperação. Isto são duas medidas que estão, novamente, a motivar as IPSS para terem a coragem para implementar os projetos. Em Braga, até hoje nenhuma instituição desistiu da sua candidatura ao PRR.

## **Em termos de solicitações das instituições à União Distrital, quais as mais frequentes?**

São de diversa ordem, porque cada instituição tem uma vida própria, pois uma instituição de Terras do Bouro tem problemas diferentes de uma IPSS de Esposende. Muitas das solicitações têm que ver com a vertente jurídica, muito questões laborais, e, depois, questões do dia a dia, problemas pontuais, por vezes até relacionados com uma mensalidade ou a aplicação de uma norma. Nós damos formações, mas, por vezes, há dúvidas.

## **E há pedidos de ajuda para situações financeiras à beira do abismo?**

Também temos um ou outro caso, mas também temos inovação, que é, na busca da sustentabilidade, haver instituições pequenas que se estão a agregar numa só. E temos alguns casos. São sinais positivos que temos incentivado.

## **Como caracteriza a relação da UDIPSS com a CNIS?**

Muito boa, como sempre. Se assim não fosse, o D. Roberto Mariz não teria lá estado como membro da Direção. É certo que agora perdemos alguma representatividade, continuando a ter um representante do distrito, o doutor Alfredo Cardoso, mas faz parte do nosso caminho e da nossa estratégia.

## **E como vê a UDIPSS Braga a questão do financiamento das Uniões Distritais?**

É um problema de quem está nos órgãos sociais da CNIS. Como as IPSS têm de olhar de forma rigorosa para o problema que existe e o que pode ser, acho que a CNIS também tem de olhar para isso. Perceber qual é o problema e, por vezes, adaptar o nosso orçamento às novas realidades é necessário e as IPSS também o fazem. Este é o princípio e acho que é um bom princípio.

AIREV - ASSOCIAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS DEFICIENTES DE VIZELA

# Criar a Clínica Alfredo Ribeiro e construir as novas instalações são o foco da instituição

A história da AIREV - Associação para Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela não é longa, tem duas décadas, mas é a prova de que a necessidade do engenho e o sonho comanda a vida.

Perante a inexistência de uma resposta em Vizela para os jovens com necessidades especiais, após terminarem a escolaridade obrigatória, pais e educadores uniram-se e fizeram o papel do Estado.

“Esta casa começou em 2002, numa altura em que não havia nenhuma resposta na área da deficiência. Os pais, quando acabava a escolaridade obrigatória, não tinham onde colocar os filhos. A partir dos 16 anos não havia onde colocar os jovens. Então, os pais e os professores de educação especial, com o apoio do Rotary Club de Vizela, criaram uma instituição, na altura, para seis jovens”, começa por contar Sara Costa, diretora-técnica da instituição, que acrescenta: “Entretanto, contactámos a paróquia de Ínfias, que nos cedeu as instalações, onde desenvolvemos o Centro de Atividades Ocupacionais, hoje CACI. Isto ainda em 2002, uma altura em que tínhamos que ir a casa das pessoas apelar e sensibilizar para trazerem os miúdos para as instituições. Nessa altura, a pobreza era muito escondida, os pais preferiam que os filhos estivessem em casa e a deficiência ainda era muito escondida”.

Felizmente, a realidade com o passar do tempo foi-se alterando e cada vez mais jovens foram ao encontro da AIREV, até um total de 20.

“Houve, então, um momento em que percebemos que havia muita procura e que necessitávamos de um espaço maior. Na altura, havia o PARES e o PIDDAC e pensámos que devíamos construir uma casa que respondesse a mais utentes em CAO e ainda criar um espaço residencial, porque os jovens estavam a ficar idosos e os pais já não conseguiam tomar conta deles”, lembra.

Candidatura apresentada ao PARES, que foi recusada, e depois ao PIDDAC, que foi aprovada, tendo a instituição avançado para a construção do atual edifício, “cujo mentor foi o senhor Alfredo Ribeiro, que tinha uma forma de estar muito empreendedora”, sublinha Sara Costa.

Alfredo Ribeiro não esteve na fundação da AIREV, mas muito do que a AIREV é hoje, e pode vir a ser dentro de um futuro breve, foi Alfredo Ribeiro que conquistou e empreendeu.

Assim, em 2013, era inaugurado o novo equipamento, entretanto alvo de algumas obras a fim de aumentar a capacidade para a que tem atualmente.

“Ao desenvolver o trabalho com os jovens, apercebemo-nos que teria que haver mais cedo uma intervenção junto destas pessoas. Havia uma equipa de intervenção precoce em Guimarães, que dava resposta a muitos poucos casos de Vizela, e candidatámo-nos à Segurança Social para criar uma equipa de intervenção



precoce em Vizela, que foi aprovada em 2015”, conta Sara Costa, sublinhando: “Criámos, então, a nossa ELI [Equipa Local de Intervenção] que passou a responder a todas as crianças de Vizela e ainda algumas freguesias do concelho de Guimarães. Começámos por responder a 80, mas atualmente já temos muitas mais”.

Desde a sua criação, a AIREV tem crescido sustentadamente, abrindo respostas à população na medida do possível.

“A nossa caminhada continuou, mas assim que abrimos este equipamento a lotação ficou esgotada e, logo aí, pensámos que precisávamos de uma casa nova”, recorda, prosseguindo: “Então, a Câmara Municipal de Vizela ofereceu-nos metade de um terreno aqui ao lado, mas o senhor Alfredo percebeu que precisávamos do terreno todo. Então, ele fez a compra do terreno, fizemos o projeto de arquitetura, mas as coisas são demoradas e não andaram... Mas nós não desistimos!”.

Para do o projeto de crescimento físico da instituição, a AIREV avança para um novo projeto de intervenção social, após a criação da intervenção precoce.

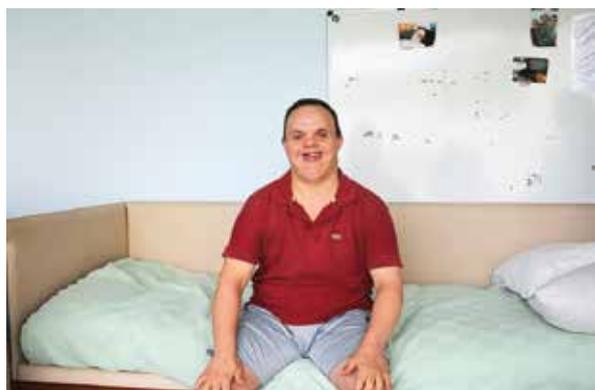
“Na altura começou-se a falar mais da doença mental e havia muita confusão... Havia pessoas que nos chegavam ao lar que não tinham quadro de deficiência, mas de doença mental. Ainda hoje existe esta confusão. Então, o senhor Alfredo lançou o desafio à equipa e à Câmara Municipal para se criar um espaço, e até propôs o Castelo de Vizela, para se criar um espaço de intervenção comunitário na área da saúde mental e um fórum sociocultural, até haver uma parte residencial”, recorda a diretora-técnica.

Então, em 2017, com o apoio da autarquia, a instituição cria o projeto Saúde e Interpretação



da Mente (SIM), um projeto comunitário de apoio a nível psicológico e de terapia a pessoas com doença mental.

“O projeto teve um boom enorme, principalmente na altura da pandemia. Foi um período em que passaram por nós cerca de 300 pessoas, atualmente acompanhamos 120. Estamos a fazer um trabalho para melhorar estas vidas”, destaca, referindo que, agora, o SIM está numa fase decisiva da sua existência: “A Câmara avisou de início que era um apoio para o arranque e que teríamos que arranjar a nossa



própria sustentabilidade. É o que estamos a fazer, estamos a reestruturar por completo o projeto SIM para o tornar numa clínica, a inaugurar este mês de setembro e que será a Clínica Alfredo Ribeiro. A diferença está em darmos a oportunidade de apoiar mais pessoas e noutras áreas relacionadas com a saúde mental. Temos também um projeto de integração sensorial, que é a Clínica do EDI (Clínica Especializada no Desenvolvimento Infantil), onde já temos 32 crianças, especialmente com espectro de autismo, e que também vai estar sob o chapéu da nova clínica”.

Após o falecimento de Alfredo Ribeiro, em 2017, a presidência da AIREV foi assumida pelo filho Pedro Ribeiro, que olha para as suas funções de forma simples: “O meu papel é seguir o papel que o meu pai aqui desempenhava, dentro das minhas limitações, porque ele estava fisicamente presente todos os dias na instituição. Tento fazer o melhor e seguir a ambição que ele tinha e desejava para a instituição, que é o que todos queremos, ou seja, que a instituição cresça e preste cada vez melhor serviço à comunidade”.

É esse crescimento passa muito pela ampliação das instalações, um projeto há muito pensado e trabalhado, mas que tem esbarrado nas malhas da burocracia e dos financiamentos.

“O projeto de alargamento das instalações já nasceu de uma ideia do meu pai a que temos dado continuidade, mas com os contratemplos

foi-se protelando um pouco. A necessidade existe, todas as semanas vem gente nova bater-nos à porta, mas infelizmente estamos no limite. Se já havia esta necessidade há uns anos, agora tornou-se ainda mais premente que construíamos o novo edifício, uma ideia de 2017”, argumenta Pedro Ribeiro.

O futuro agora parece mais risonho, porque depois de uma candidatura recusada ao PARES, a instituição viu ser-lhe concedido financiamento através do PRR e, por isso, pretendem avançar com a construção o quanto antes.

O projeto inclui um Lar Residencial para 30 utentes e ainda dois CACI, para um total de 60 utentes.

Inicialmente orçamentada, em 2019, em 2,5 milhões de euros, aos preços de hoje só para a construção dos dois CACI e da estrutura base do Lar Residencial a AIREV terá que desembolsar 2,8 milhões de euros...

Obviamente são situações que mexem com as contas e os cálculos da instituição. Ainda assim, a situação financeira da instituição não preocupa os seus responsáveis.

“Trabalhamos imenso a nível de marketing para angariar fundos, para além das participações que recebemos da Segurança Social, o que é fundamental para cumprir a nossa missão e vejamos o futuro de outra forma, no caso com a construção do novo edifício. Trabalhamos muito com as empresas e com a autarquia, que nos reconhecem e nos ajudam disponibilizando

verbas, que servem para melhorar as atividades dos utentes, mas também para termos um fundo de maneo que nos permita seguir com o crescimento da instituição. A AIREV tem saúde financeira, mas vivemos sempre destas verbas”, explica Pedro Ribeiro.

Na captação de parceiros, a instituição defende uma política de comunicação ativa, pois só assim, acreditam, se podem mudar mentalidades.

“As empresas são bastante colaborativas e, desde 2010, que temos uma equipa de marketing. Comunicar é muito importante para este tipo de instituições, não só para propósitos de fundraising, mas também de fidelizar as pessoas, para haver um sentido de pertença entre as empresas, a comunidade e a instituição. Para as pessoas nos ajudarem têm que ter um sentimento de pertença com a instituição e já fazemos esse marketing social desde 2010”, conta Sara Costa, exemplificando: “O nosso departamento de marketing trabalha muito a desmistificação de mentalidades em relação à deficiência. A presença dos nossos utentes nos eventos, como o Grande Prémio AIREV e outros, é muito importante porque as pessoas veem-nos e veem-nos ativos e a participar”.

A AIREV criou ainda uma loja online, onde vende produtos, sobretudo em pele. Do trabalho com pequenos pedaços de pele angariados nas fábricas locais nasceu o primeiro ateliê da AIREV. Entretanto, foi criada a Marca d’Amor, que também é vendida na loja online, cuja cara são os utentes, que fazem parte da materialização das peças. Por outro lado, a área de culinária consiste na venda de bolos e pastelaria à comunidade, seja a particulares, seja a confeitarias e afins.

Nesse sentido, a empregabilidade dos utentes é um objetivo que está sempre na mente da AIREV, no entanto, “ainda há um caminho a trilhar”, afirma Sara Costa, deixando um lamento: “Entristece-me que tenha que haver uma lei que, no fundo, obrigue as empresas a ter alguém com deficiência”.

Sempre que os utentes têm capacidade para a empregabilidade, a instituição vai conseguindo coloca-los no mercado de trabalho. Porém, “temos muito poucos jovens com capacidade para a empregabilidade”, sustenta.

Entre os muitos eventos de angariação de fundos que a instituição promove, destaque para Grande Prémio AIREV, que este ano já cumpriu a 12ª edição com um total de 6.500 atletas participantes, entre a vertente de competição e a da caminhada feita pela comunidade a que se juntam os utentes, e ainda o Jantar Solidário, que já se realiza há 20 anos.

E como seria Vizela sem a AIREV?

“Como vizelense, era impossível... desde sempre, ainda antes de integrar a equipa, percebi que a AIREV fazia parte de Vizela. E, depois, é impossível, porque há muitos casos de deficiência e é difícil ver os pais angustiados, porque não têm onde colocar os filhos”, refere Sara Costa, ao que Pedro Ribeiro acrescenta: “Se a AIREV não existisse, havia muita gente com a vida mais difícil, os pais tinham que ficar com os filhos em casa, muitos já sem conseguirem cuidar deles. E em casa as crianças não teriam as possibilidades de desenvolvimento que têm aqui na instituição”.

PATRONATO DE S. SEBASTIÃO, GUIMARÃES

# Remodelação do edifício histórico, requalificou e aumentou capacidade de resposta

O Solidariedade esteve no Patronato de S. Sebastião, em Guimarães, há 11 anos, celebrava a instituição 50 anos de apoio à infância, cuja grande ambição era construir um equipamento de raiz, no centro da cidade e, assim, também poder agregar outras respostas sociais. Esta opção não foi possível de concretizar, tendo a solução sido a requalificação do edifício sito no Centro Histórico de Guimarães - Património da Humanidade.

“A requalificação do edifício era necessária para uma melhor resposta da nossa parte e para correspondermos às exigências dos ministérios da Educação e da Segurança Social. Esta casa precisava de ser requalificada, remodelada e de ser redimensionada de acordo com as regras”, começa por referir o padre José Antunes, lembrando as dificuldades que a localização da instituição implicaram.

“No Centro Histórico de Guimarães as regras são para se cumprir. Teria sido mais fácil deitar a casa abaixo e reconstruir de raiz, seria até muito mais barato, mas foi algo que o Gabinete do Centro Histórico não aceitou. Teve que ser na mesma deitada abaixo, mas mantendo a estrutura do passado. E isso é que onerou e muito a requalificação. Para o engenheiro Paulo Ferreira, das Obras do Instituto da Segurança Social de Braga, diz que esta é das obras modelo que ele fez a nível distrital. Tudo o que os ministérios nos pediram em termos de regras foi feito, cumprimos com tudo. Foi um processo difícil, com reuniões com muita dureza, havia exigências que ultrapassavam o limite do razoável, mas juntámos todas as entidades e tudo se resolveu com as normas que eram para se cumprir”, conta o padre Antunes, considerando que, agora, “temos uma casa discreta, mas onde estamos bem”.

Este foi um processo que se iniciou em 2017, tendo a instituição regressado a casa em 2019. Ora, entre 2017 e 2019, com a casa inativa para as atividades dos petizes, a instituição ponderava encerrar provisoriamente pela falta de solução.

Mas, como quem tem amigos não morre na cadeia, já diz o povo, o padre Antunes lá encontrou uma solução.

“Entretanto... foi obra de Deus! Eu costumava ir à piscina fazer desporto e um dia estava à conversa com um amigo a explicar-lhe que tinha obras no Patronato e não tinha onde pôr as crianças. Então, falei-lhe numa casa que conhecia e que poderia servir para acolher as crianças enquanto decorriam as obras, mas não sabia de quem era. E ele diz-me que a casa é dele! Eu disse-lhe logo que precisava dela durante dois anos! Disse-lhe que queria que o Ministério da Educação e a Segurança Social fossem ver o edifício para, dentro da contingência, sabermos se aceitavam a proposta”,



conta o pároco, revelando outra dádiva da amizade: “Depois, ao lado, havia um apartamento de um outro amigo meu e, então, os meninos, transitoriamente, foram para um espaço que já tinha sido em tempos um infanatório, que tinha fechado, e durante esse ano e meio as autoridades aceitaram e não tivemos de fechar portas”.

É que a alternativa “era fechar a casa durante ano e meio!” O padre Antunes ainda visitou o antigo Colégio de Nossa Senhora da Conceição, “mas estava tudo velho e a cair”.

Quanto ao financiamento da obra, as tentativas ao PARES e ao Portugal 2020 saíram goradas, pois “não era obra prioritária para esses programas, mais voltados para a deficiência



e outra valência”, pelo que a instituição “teve de arranjar financiamento para avançar com a obra e que agora está a pagar”.

A obra teve um custo de 1,5 milhões de euros, com metade do financiamento a 2% e a outra metade a 0%, através do Fundo JESSICA.

“Neste momento, estamos a pagar aquela parte que tem juros a 0%. A outra metade, que é a 2%, com a subida da Euribor, na melhor renda que pagávamos, que era 300 euros por mês, passou para 1.100 euros! Então, a Direção reuniu e decidiu ir às economias da instituição e saldar a dívida dos juros daquela parte. Agora, pagamos uma renda pequena relativa ao Fundo JESSICA”, explica o presidente da instituição.

Atualmente, a creche acolhe 60 crianças, mais 10 do que antes de 2017, o Pré-escolar 75, mais nove, e o ATL, que tinha 12 petizes, encerrou.

“O aumento da área das salas já foi feito com o objetivo de aumentarmos a capacidade. Metade deste edifício era casa paroquial e o pároco fez um acordo de comodato com o Patronato, abdicou de metade do espaço e ficaram apenas dois quartos e uma kitchennette, na parte superior da casa. O padre não precisa de mais”, diz o pároco José Antunes.

Quando o Solidariedade passou a primeira vez pelo Patronato, o padre Antunes dizia que aquela era uma casa “era cheia e bonita”.

“Continua a ser assim e a nossa casa prima por ter uma missão de que não abdica,

continua a ser um espaço em que os pais confiam nas pessoas que aqui trabalham. Por isso, é uma casa cheia e feliz”.

Há 11 anos, o sonho passava por abrir um SAD e, caso conseguissem um edifício de raiz, abrir um Centro de Dia e, eventualmente, um lar para idosos.

“Esses sonhos continuam presentes, mas não dependem só de mim”, atira, de pronto, o padre Antunes, explicando: “Em relação ao SAD, na altura colaborávamos com uma outra IPSS que conseguiu autonomizar-se e que prossegue esse trabalho. O sonho que mantenho é de abrir um lar aqui na cidade. Fazer um lar no meio do nada, não é saudável. Um lar deve ser feito no local onde as pessoas vivem e assim, tendo mobilidade, poderem estar junto dos seus”.

A ideia do padre Antunes “era usar o antigo Convento das Dominicanas, aqui a 50 metros, que era pertença da Igreja, mas agora não se sabe de quem aquilo é, para criar ali um lar”.

No entanto, o espaço, que já foi da Igreja, agora está a degradar-se e seu uso nenhum.

“Esse sonho do lar está um pouco no limbo. Comprar um imóvel aqui é impossível, porque está tudo caríssimo”, remata.

E como está, então, a saúde financeira do Patronato?

“Está razoável”, sustenta o padre Antunes, especificando: “Temos tido resultados positivos, porque também temos amigos que nos dão fruta

e outras coisas e vamos tentando fazer esta gestão organizada. Financeiramente não estamos no fio da navalha. Fazemos uma boa gestão e conseguimos estar equilibrados. Estamos, mais ou menos, bem, mas há colegas meus de outras IPSS que enfrentam situações graves”.

Sendo a infância a área de ação do Patronato, a Creche Feliz entrou-lhe pela casa dentro.

“É uma grande mais-valia para as famílias, independentemente de terem rendimentos mais baixos ou mais altos. Depois, promove a natalidade, porque as famílias sentem-se mais confortáveis”, começa por dizer o padre Antunes, fazendo, porém, uma ressalva: “O Governo não viu bem o problema, pois, por exemplo, há pais que não trabalham e são as suas crianças as prioritárias na admissão e um casal que é trabalhador e não tem onde deixar os filhos não tem prioridade no acesso em relação aos que não trabalham e podiam ficar com os filhos em casa. A intenção é boa, mas esta questão das prioridades não está muito certa”.

Atualmente, a menina dos olhos do Patronato é o jardim sensorial, um projeto concretizado ao longo do último ano letivo.

“Um dos grandes estímulos que podemos dar a crianças destas idades é pô-los em contacto com incentivos exteriores que desenvolvam os sentidos”, começa por dizer a coordenadora pedagógica, Ana Baptista, que recordou o processo: “No início deste ano, quando assumi funções, o grande desafio que fiz à equipa educativa foi o da construção do jardim sensorial. E este apelo/sonho/vontade foi também feito aos pais, que são os nossos grandes parceiros. E foi nesta colaboração que conseguimos transformar o sonho em realidade”.

O jardim sensorial explora os cinco sentidos e é feito numa espécie de circuito e adaptado tanto à valência creche, como ao Pré-escolar. Todas as crianças podem usufruir do espaço adaptado à sua faixa etária, fazendo uma exploração gradual.

“Outra grande vantagem deste jardim é o contacto com a natureza. A equipa aceitou o desafio, houve uma mãe arquiteta que, segundo as nossas indicações, desenhou o projeto e depois os pais, juntamente connosco, meteram mãos à obra para fazer nascer o jardim sensorial. Demorou seis sábados e alguns finais do dia. Foi um projeto gratuito para a instituição, porque todos os materiais foram trazidos pelos pais ou nós tínhamos”, sublinha, com satisfação, Ana Baptista.

760 EUROS POR MÊS

# 20 por cento dos trabalhadores portugueses recebem salário mínimo

O número de trabalhadores por conta de outrem e membros de órgãos estatutários a receber salário mínimo nacional (760 euros) no segundo trimestre totalizou 838.111, representando 20,8% do total, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Face ao mesmo período do ano passado, houve uma redução em 97.749 trabalhadores a receber o salário mínimo nacional (SMN), num contexto de subida do emprego, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social solicitados há três meses pela Lusa e disponibilizados agora pelo gabinete.

O ministério liderado por Ana Mendes Godinho realça que “o mercado de trabalho está a recorrer cada vez menos ao salário mínimo e a população empregada tem vindo a aumentar”.

O gabinete sublinha ainda que “a percentagem de trabalhadores com SMN já não era tão baixa desde 2016 e o salário mínimo é hoje 50% superior face a 2015.”



No entanto, apesar de a percentagem sobre o total de trabalhadores ser a mais baixa desde 2016, em termos absolutos há mais 183.927 trabalhadores no segundo trimestre de 2023 a receber SMN do que há sete anos, o que poderá

explicar-se com o aumento do emprego.

No segundo trimestre de 2023, o número de trabalhadores por conta de outrem e membros de órgãos estatutários (administradores, diretores e gerentes de sociedades que prestam serviços não sujeitos a contrato de trabalho) com declarações à Segurança Social totalizava 4.030.919, o que compara com 3.115.874 no mesmo período de há sete anos.

O gabinete destaca ainda que “a diferença entre o número de mulheres e homens a receber o SMN nunca foi tão pequena”.

Do total de 838.111 trabalhadores com SMN no segundo trimestre, 421.723 eram mulheres.

Também o número de jovens a receber o SMN recuou em cerca de 9.000 face a 2022, para cerca de 78 mil trabalhadores.

O valor do SMN tem vindo a aumentar, tendo passado de 705 euros em 2022 para 760 euros em 2023.

Em 2016 o SMN era de 530 euros.



## SOLUCÕES TECNOLÓGICAS

ESPECÍFICAS PARA  
O SETOR SOCIAL  
E UNIDADES DE  
SAÚDE

  
CIBERSEGURANÇA

  
DIGITALIZAÇÃO

  
DESMATERIALIZAÇÃO

  
INOVAÇÃO

### SAVE THE DATE

2023

# innovatiOntrail

F3M · feel the difference

LISBOA

28 SET

FUNCHAL

12 OUT

COIMBRA

26 OUT

ÉVORA

8 NOV

GUARDA

29 NOV

PORTO

13 DEZ

INSCREVA-SE EM  
[www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)







**FESTA DA SOLIDARIEDADE 2023 (9 A 14 DE OUTUBRO DE 2023)**

# PROGRAMA

**DIA 9/10/2023**

10 horas - Sousel - Chegada - Praça do Município  
15 horas - Avis - Chegada - Largo do Convento  
18 horas - Ponte de Sor - Chegada - Cine Teatro Ponte de Sôr

**DIA 10/10/2023**

10 horas - Fronteira - Praça do Município  
15 horas - Alter do Chão - Chegada Largo Barreto Caldeira  
18 horas - Monforte - Chegada - Praça da República

**DIA 11/10/2023**

10 horas - Elvas - Chegada Praça da República  
15 horas - Campo Maior - Chegada - Av. da Liberdade, junto à estátua do Comendador Rui Nabeiro  
18 horas - Arronches - Chegada - Praça da República, frente aos paços do Concelho

**DIA 12/10/23**

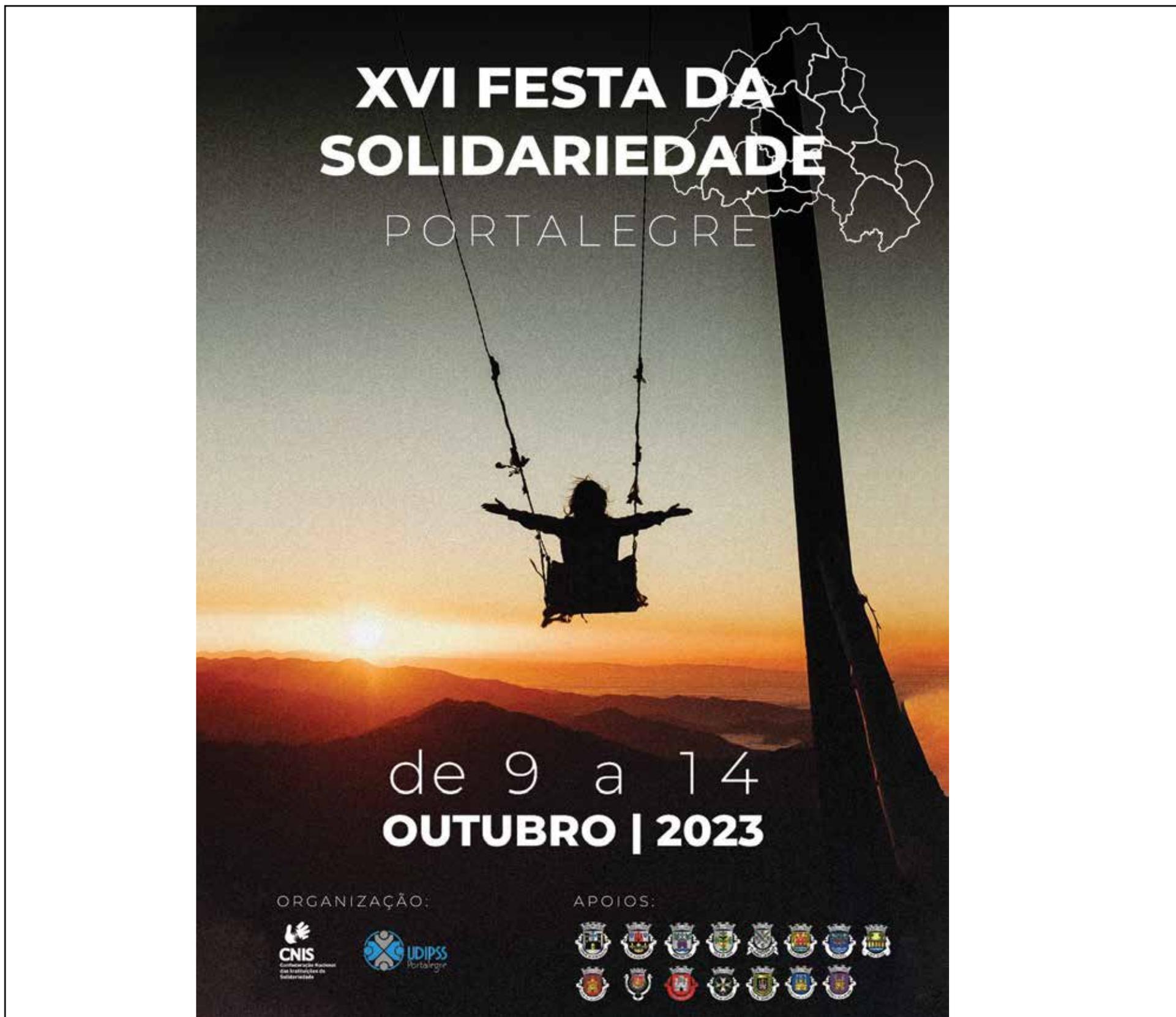
10 horas - Gavião - Chegada Casa do Povo de Gavião  
15 horas - Nisa - Chegada Praça do Município  
18 horas - Crato - Chegada Praça do Município

**DIA 13/10/2023**

10 horas - Marvão - Chegada Largo de Santa Maria  
15 horas - Castelo de Vide - Chegada Paços do Concelho  
18 Horas - Portalegre - Chegada Paços do Concelho

**DIA 14/10/2023**

14.30 - Festa da Chama Solidária  
Chegada da Chama Solidária - Jardim Avenida da Liberdade - Portalegre



ORGANIZAÇÃO:



APOIOS:



## PONTOS PRINCIPAIS DO MEMORANDO

Atualização de acordos de **respostas residenciais (lares e similares) e centros de dia: 11%** (os 5% que foram acertados em dezembro, 4,2% dos quais foram recebidos antecipadamente ainda nesse mesmo mês e 0,8% que estão a ser recebidos ao longo de todo este ano e **mais 6% para todo o ano em curso, que, em setembro, serão recebidos retroativamente a janeiro e ao longo dos restantes meses do ano**);

Atualização de acordos de **SAD (serviço de apoio domiciliário): 8% e um apoio extraordinário de 3%** (os 5% que foram acertados em dezembro, 4,2% dos quais foram recebidos antecipadamente ainda nesse mesmo mês e 0,8% que estão a ser recebidos ao longo de todo este ano, **mais 3% para todo o ano, que, em setembro, serão recebidos retroativamente a janeiro e ao longo dos restantes meses do ano**) e **mais 3% de apoio extraordinário a ser recebido, em princípio, numa só prestação em setembro**;

Atualização das **demais respostas sociais: 8%** (os 5% que foram acertados em dezembro, 4,2% dos quais foram recebidos antecipadamente ainda nesse mesmo mês e 0,8% que estão a ser recebidos ao longo deste ano, **mais 3% para todo o ano em curso, que, em setembro, serão recebidos retroativamente a janeiro e ao longo dos restantes meses do ano**).

Atualização de acordos de **Creche: atualização de 3% que, em setembro, serão recebidos retroativamente a janeiro e ao longo dos restantes meses do ano**.

Haverá imediata aceleração na **celebração de acordos da RNCI e, em janeiro, ajustada atualização dos valores dos acordos de cooperação**.



LINO MAIA SOBRE O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE AS ERSSS E O MTSS

# “É um passo que 50% de comp



As Entidades do Sector Social e Solidário (ERSSS) assinaram um Memorando de Entendimento com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) onde se prevê uma atualização de 11% nos acordos de respostas residenciais (lares e similares) e centros de dia e 8% de atualização nos acordos de SAD e nas demais respostas sociais.

Durante praticamente todo este ano as ERSSS e, concretamente a CNIS, através do seu presidente Lino Maia, alertaram insistentemente para as dificuldades financeiras que afetam as Instituições, e que se vêm agravando à medida em que o tempo passa. “O Memorando vem num contexto muito difícil para as instituições, por causa da guerra e da inflação. Na economia em geral a inflação foi de 7,8%, mas no Sector Social Solidário foi muito maior, certamente, atingiu o dobro”, afirmou o padre Lino Maia durante a cerimónia.

O ano de 2023 tem assistido a um significativo aumento dos custos de exploração, designadamente no que se refere a salários, às despesas com produtos alimentares e aos custos de energia e combustíveis. Por isso, o presidente da CNIS sublinhou a importância deste Memorando: “Este Sector não pode implodir, porque dele dependem muitas pessoas, não só os milhares de trabalhadores, mas principalmente os utentes. Por isso, o Sector não pode implodir, nem desviar-se da sua missão, que são os mais desfavorecidos. Este acordo é o possível. Nem sempre o desejável é o possível.

Queríamos mais, mas isto é o possível. Se o Estado não se envolvesse no apoio às instituições, o Sector Social Solidário implodiria ou teríamos que nos desviar da nossa missão”.

A ministra Ana Mendes Godinho referiu que a Economia Social já emprega 320 mil pessoas, uma grande parte está no Sector Social Solidário e vai beneficiar deste Memorando: “O acordo traduz-se em três dimensões: Concretização de compromissos, rumo à comparticipação dos 50%; procurar, na missão conjunta do Estado e do sector Social Solidário, dar a melhor resposta e chegar a mais pessoas; e valorização dos trabalhadores, seja em termos de salário como de condições de trabalho”.

A assinatura, que envolveu a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL (CONFECOOP), corresponde ao desbloqueio de um processo negocial longo e difícil que há-de desaguar na assinatura do Compromisso de Cooperação, para os anos de 2023-2024, envolvendo os Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde, da Educação e das Finanças. “Este passo foi difícil de dar, mas é muito positivo, pois é fruto do entendimento entre todas as Entidades Representativas do Sector Social Solidário, entre as quais há uma boa comunhão e um bom trabalho. Vamos fazer um bom Compromisso e ele é muito necessário, mas falta entrarem os

ERSSS

# “e aproxima dos desejados participação do Estado”

ministérios da Saúde e da Educação, sendo que gostava de sublinhar a entrada nestas negociações do Ministério das Finanças”, explicou o presidente da CNIS.

O acordo sobre as atualizações dos acordos de cooperação para 2023 foi alcançado em fins de agosto. Os órgãos sociais da CNIS aprovaram a proposta em reunião extraordinária e na carta informativa enviada às associadas o presidente da CNIS explicava os valores alcançados: “Uma vez que o maior volume de cooperação (cerca de 73%) é de apoio a pessoas idosas e a pessoas com deficiência (respostas residenciais, centros de dia e serviço de apoio domiciliário) que, no total, têm uma atualização de 11%, estas atualizações, não sendo as justas, porém ultrapassam os 10% (10,4%), mínimo que tanto a CNIS como a União das Misericórdias tinham estabelecido para que houvesse acordo.”

Na introdução ao documento agora assinado pelas ERSSS é referida a importância estratégica do Sector Social e Solidário e é recordado o momento em que o “novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social”, celebrado em 2021, renova “os compromissos outorgados em 1996. A esse propósito o presidente da CNIS considera que o Memorando “é um passo que nos aproxima, na legislatura, dos desejados 50% de comparticipação do Estado, mas em média temos de ultrapassar os 50%, porque há respostas que estão muito abaixo deste desiderato.”

Neste Memorando foi também encontrada uma fórmula de resolução da questão das amas das creches familiares. “Com este Memorando ultrapassamos um irritante, que vem de dezembro. Havia vontade das senhoras ministra e secretária de Estado em resolver a questão da Creche Familiar e das Amas e, então, a partir de 1 de outubro as amas serão respeitadas e incluídas num contrato de trabalho e, assim, sentirão que vale a pena estar neste Sector”, congratulou-se Lino Maia, sendo secundado pela ministra: “Finalmente há uma resposta para a Creche Familiar, um sinal muito poderoso de como, em conjunto, servimos melhor.”

O conteúdo do Memorando vai ser parte integrante do Compromisso de Cooperação, para os anos de 2023-2024. Para já as negociações prosseguem como confirma Ana Mendes Godinho: “Estamos todos a mostrar como a Economia Social tem esta dimensão de resiliência e, assim, podemos construir uma utopia realizável.”

## Amas das Creches Familiares



### Cláusula VI

1 - O Governo compromete-se, até 30 de setembro de 2023, a aprovar um mecanismo de apoio financeiro à contratação sem termo das profissionais que prestam serviços às instituições do setor social e solidário, no âmbito da resposta, com vista à conversão de contratos e apoio à contratação sem termo.

2 - Neste sentido, as ERSSS comprometem-se a garantir que as profissionais que prestam serviços na resposta creche familiar auferem, a partir de 1 de outubro de 2023, uma remuneração bruta anual mínima, de acordo com as percentagens definidas, aplicadas sobre os valores definidos para 2023 para os acordos de cooperação para esta resposta social, conforme consta dos Anexos I (valores de comparticipação da creche familiar) e II (percentagens) ao presente Memorando.

3 - As ERSSS comprometem-se ainda a garantir que as amas em regime de contrato de trabalho sem termo, enquadradas na resposta creche familiar auferem um valor mínimo de remuneração bruta mensal correspondente a 50% do financiamento previsto no número seguinte, ficando a cargo da entidade patronal os demais encargos associados ao vínculo laboral.

4 - Sem prejuízo do disposto no número 1 da Cláusula I e com efeitos a partir de 1 de outubro de 2023, nas situações em que as amas estão em regime de contrato de trabalho sem termo, o Governo financia a resposta social

creche familiar nos termos do valor fixado no Anexo I para as crianças em Creche abrangidas pela gratuitidade, por criança, não havendo lugar ao pagamento de comparticipação familiar por parte das famílias das crianças, por forma a contribuir para a valorização salarial das amas e a qualificação desta resposta.

5 - As ERSSS comprometem-se a promover a adesão das suas associadas ao previsto nos números anteriores, promovendo a conversão dos vínculos contratuais e a respetiva valorização salarial das Amas enquadradas na resposta.

6 - Os acordos de cooperação celebrados ao abrigo da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual, para a resposta creche familiar, devem ser revistos no prazo máximo de 2 anos, por forma a adequar o seu funcionamento ao disposto na Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, na sua redação atual.

7 - O Governo, em articulação com as entidades representativas do setor social e solidário, promoverá a implementação de um programa de qualificação profissional e a simplificação de procedimentos e requisitos de acesso.

### Cláusula VII

1 - Face ao período decorrido de implementação da medida da gratuitidade, tendo ocorrido até ao momento três fases de alargamento, o ISS, I.P. procede, com a participação das entidades representativas do setor social e solidário, até ao final do ano de 2023, à avaliação da execução da medida no ano letivo em curso, com vista à sua eventual revisão e alteração do modelo atual definido.

2 - O ISS, I.P. procede, com a participação das entidades representativas do setor social e solidário, à avaliação da resposta creche familiar até ao final do ano de 2024.

A importância estratégica do setor social e solidário é reconhecida no país de forma transversal, tendo sido celebrado, em 2021 um novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, renovando os compromissos outorgados em 1996, Enquanto decorrem os trabalhos no sentido da conclusão das negociações conducentes à celebração do Compromisso de Cooperação para o Biénio 2023-2024.

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR  
e Professor no ISCTE

# Habitação colaborativa, uma resposta social com potencial inovador

O mês de agosto trouxe a formalização de uma nova resposta social designada habitação colaborativa e comunitária<sup>1</sup>. É uma resposta inovadora, que pretende cobrir em novos acordos de cooperação entre o Estado e IPSS ou entidades privadas os beneficiários dos estabelecimentos de apoio social. Ou seja, é uma resposta que se insere nos objetivos da ação social, dirigindo-se em particular a crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, doença do foro mental ou psiquiátrico e grupos vulneráveis.

O modelo de habitação colaborativa previsto assenta em recursos e estruturas habitacionais comuns, que permitam a convivência, sob responsabilidade de uma entidade gestora. Os beneficiários a admitir serão alvo de uma avaliação nos termos de um regulamento interno e será estabelecido um contrato de prestação de serviços entre a identidade gestora e a pessoa admitida que definirá os direitos e as obrigações das partes.

Há diversos ângulos positivos na experiência que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social agora enquadra nas respostas sociais.

Os beneficiários são titulares de um contrato de prestação de serviços e são residentes com total autonomia, apenas vinculados a obrigações e benefícios acordados com uma entidade prestadora de serviços.

Estimula-se que para além do benefício individual dos serviços recebidos os residentes possam beneficiar de uma interação coletiva e comunitária, com outros utentes coabitantes, de um coletivo que pode ir de 4 a 60 residentes.

Mas será esta nova resposta verdadeiramente habitação colaborativa?

O conceito de habitação colaborativa definido na portaria define a sua ambição. Atentemos no texto do artº 2º da portaria: “A Habitação Colaborativa é uma resposta social de caráter residencial, temporária e ou permanente, que assenta num modelo de habitação colaborativa

e comunitária, organizada em unidades habitacionais independentes, próximas ou contíguas, de apartamentos, moradias ou outra tipologia de habitação similar, e que dispõe de áreas e espaços de utilização comum, compartilhada, bem como de serviços de apoio partilhados e subsidiários, promotores de interação social, intergeracionalidade e inclusão social dos seus residentes”.

A portaria não densifica em parte alguma do seu texto como e quais serão as áreas e espaços de utilização comum ou como será decidido quais sejam e quanto aos serviços de apoio partilhados enumera atividades que já são praticadas nas formas convencionais de residência assistida ou mesmo de ERPI (culturais, ambientais, sociais, lúdico-recreativas; promotoras e estimuladoras da autonomia física e mental, apoio psicossocial). Do mesmo modo não é aprofundado nenhum conteúdo da promoção da intergeracionalidade.

É verdade que não há um conceito preciso de habitação colaborativa, já que este modelo, como muitos outros, nasceu de práticas de terreno e não de laboratórios de políticas e essas práticas são diversas com os contextos geográficos, as orientações políticas dos promotores e os grupos-alvo.

É também verdade que as iniciativas *top-down* não devem ser desnecessariamente regulamentadoras se pretendem permitir a experiência e a inovação.

A regulação, no entanto, deve ser suficientemente densa para que as iniciativas a desenvolver materializem o conceito que se pretende experimentar. A ambição da portaria, com efeito, não é apenas a da expansão de respostas residenciais assistidas, mas é maior, de promoção de espírito colaborativo, comunitário e intergeracional.

Um estudo extensivo da habitação colaborativa na Europa chegou a uma proposta de definição, que pode ajudar a orientar quem se

interesse por esta resposta: “habitação colaborativa” pode ser entendida como um termo genérico que abrange uma variedade de formas de habitação com diferentes graus de auto-organização coletiva. É central para este tipo de habitação a presença de um nível significativo de colaboração entre os (futuros) residentes, e entre estes e os actores externos e/ou partes interessadas, com vista à realização do projeto habitacional. Neste sentido, o termo colaboração significa ação coordenada para um propósito comum. Esta colaboração pode ocorrer em diferentes fases do projeto – por vezes desde a conceção, projeto e desenvolvimento – e pode estender-se à manutenção e gestão diária da habitação. As formas de habitação colaborativa podem variar em termos de posse e características legais e organizacionais. Os atributos comuns incluem um elevado grau de contacto social entre os residentes e a presença, em diferentes graus, de objectivos e motivos partilhados em relação ao projeto habitacional, tais como a sustentabilidade ecológica e a inclusão social. Em muitos casos, estes valores também se estendem ao ambiente externo do projeto.” (Czischke, D., Carriou, C., & Lang, R. (2020). Collaborative housing in Europe: Conceptualizing the field. *Housing, Theory and Society*, 37(1), 1-9.

Há em particular que ter presente que o que define o modelo de habitação colaborativa não é o facto de haver residência assistida. Para isso bastaria definir contratos de prestação de serviços entre residentes e entidades prestadoras. O que torna a habitação colaborativa é a intensidade de contacto e colaboração entre os residentes. Não é matéria que seja fácil de definir numa portaria. Nem a que entrou em vigor o tentou. Mas uma parte da inovação que resulta desta nova resposta social depende da entajada, da cooperação e da construção de vida comunitária entre co-residentes. Será a prática a definir o nível de sucesso nesta vertente.

<sup>1</sup> [ A Portaria n.º 269/2023, de 28 de agosto estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social Habitação Colaborativa e Comunitária.]

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



# Regresso ao passado

**1** - Passados 4 anos, eis-me de regresso às Rias Baixas, na Galiza, para as férias de Verão.

Foi um dos preços que paguei pelo Covid, esse apartamento, durante e por causa da pandemia, do hábito de décadas, de aproveitar esse espaço privilegiado pela Natureza para espairecer o corpo e alegrar a alma.

Já aqui o referi há alguns anos: segundo a tradição local, as Rias Baixas são as marcas dos dedos de Deus, que aqui pousou as mãos a contemplar o mundo que tinha acabado de criar.

Trata-se de um território que, no que me diz respeito, é marcado por uma ambiguidade virtuosa: é como se fosse a continuação para norte do meu próprio País, constituindo, porém, uma parcela de um outro país – embora porventura sentimentalmente mais próximo do Norte de Portugal do que de Castela – e dando-me por isso a impressão de viajar para fora, como é próprio das viagens.

Frequentam-se os mercados, percorrem-se as estradas, demandam-se as praias, visitam-se as cidades e as aldeias, acede-se aos miradouros e aos regatos - e tudo parece igual ao lado de cá da fronteira.

Até a língua parece a mesma, mais próxima do Português que do castelhano, com as palavras grafadas com consoantes mudas, como em Portugal antes do Acordo Ortográfico.

(Qual “parece a mesma”! É a mesma, o Galaico-Português da Idade Média, que deu origem, quer ao falar galego, quer à nossa própria Língua.)

Toda a geografia local suscita reminiscências que me são familiares.

Quando chego à Ria de Vigo, como não recordar a Cantiga de Amigo, “Ondas do Mar de Vigo”, que aprendi no liceu, do poeta Martin Codax (também marca de um bom vinho “albariño” e de um “orujo de hierbas”): “ Ondas do mar de Vigo,/ se vistes meu amigo?/ e ai Deus, se verá cedo?/ Ondas do mar levado,/ se vistes meu amado?/ e ai Deus, se verá cedo?”

E ao atravessar a Ponde de Rande, sobre a mesma Ria, em direcção a Pontevedra, em San Simon, recordar os versos do Jogral Meendinho: “sedia-m’eu na ermida de San Simion/e cercaron-mi as ondas, que grandes son,/eu atendendo meu amigo./Estando na ermida ant’o altar,/cercaron-mi as ondas grandes do mar,/ eu atendendo meu amigo./E cercaron-mi as ondas, que grandes son:/non hei i barqueiro, nen remador,/eu atendendo meu amigo...”

É reconfortante este regresso a um território familiar e verificar que se mantém intacto, tal como é a memória recente dele.

Sobre as minhas costas é que pesam mais 4 anos, atípicos e de forte impacto, de forma que se aplicam, à Galiza e a mim, respetivamente, os versos de Rodrigues Lobo: “Tu voltarás a ser o que eras dantes/eu não sei se serei o que antes era.”

Até no clima: durante este mês de Agosto, com temperaturas extremas, quer em Espanha,

que em Portugal, e na Europa em geral, ultrapassando os 40°, a informação meteorológica sempre excepcionava a situação no Noroeste Peninsular, abrangendo o Norte de Portugal e a Galiza atlântica – onde as temperaturas teimavam em permanecer moderadas e o sol, ao invés de provocar escaldões, acariciava a pele e temperava a água do mar.

Só uma tarde de verdadeiro calor, ao longo do mês, nessa fachada atlântica do Noroeste Peninsular!

**2** – Durante esse tempo, tive ocasião de acompanhar pela comunicação social o processo de formação do novo Governo de Espanha, na sequência das eleições legislativas de 23 de Julho passado, que deram a vitória ao Partido Popular, por maioria relativa, relegando para o segundo lugar das preferências o PSOE – que vem assumindo a liderança do actual Governo, em coligação com a extrema-esquerda, o SUMAR, herdeiro do Podemos.

O Rei indigitou Alberto Nunes Feijóo, líder do Partido Popular, incumbindo-o de tentar formar governo, por ter sido o seu o partido mais votado – como sucedeu com Cavaco Silva em 2015, relativamente a Passos Coelho, o mais votado nessas primeiras eleições após a saída da troika.

Como aconteceu entre nós em 2015, com a PAF, prenuncia-se que o partido mais votado, o Partido Popular, não logrará constituir com outros partidos da margem direita do Parlamento uma maioria de deputados que faça passar o Governo, levando Filipe VI a convidar para tentar a investidura como Primeiro Ministro o líder do 2º partido mais votado, o PSOE – o Partido Socialista lá do sítio.

Sucedirá com Alberto Nunes Feijóo o que entre nós sucedeu a Passos Coelho, em 2015: não conseguindo o apoio da maioria dos deputados no nosso Parlamento, o seu 2º Governo caiu mal iniciara funções.

Em contraponto, parece que Pedro Sanchez, o líder do Partido Socialista, se prepara para arregimentar uma coligação de partidos mais à esquerda, que perfaça uma maioria de deputados e que aprove a sua continuidade no cargo, sufragando a sua proposta de Governo.

Uma espécie de geringonça, como a que António Costa engendrou entre nós em 2015 e que, pela primeira vez, levou um partido que perdera as eleições a formar governo, trazendo para a margem da governabilidade, também pela primeira vez desde a consolidação da democracia entre nós, o Partido Comunista.

Também do lado de lá da fronteira, como por cá em 2015, os comentadores se dividem entre os que defendem que o partido mais votado tem uma espécie de direito natural a constituir governo, devendo os demais partidos viabilizar essa solução; e, por outro lado, os que entendem que, designadamente nas situações constitucionais em que os governos dependem dos

parlamentos, é nesta sede que as soluções se devem organizar, sendo legítima qualquer solução de coligação, mesmo de partidos perdedores, desde que logre a necessária maioria parlamentar de apoio.

Tal procedimento, de construção de uma solução maioritária a partir de entendimentos ou coligações de uma pluralidade de partidos, constitui, aliás, a forma natural de lidar com a tendência para a fragmentação da composição parlamentar, em que dificilmente um só partido logra eleger, por si só, a maioria dos deputados.

O que constitui uma vantagem para os cidadãos.

As maiorias de um só partido tendem a aumentar a crispação no debate político e são propícias ao agravamento dos tiques de arrogância e autossuficiência que normalmente adornam os detentores do poder de mandar.

As coligações costumam ter o efeito oposto, distendendo, ao necessitarem de diálogo permanente, as relações com os cidadãos e aumentando, assim, a qualidade do debate e melhorando o ar que se respira.

Basta pensar nas mais recentes soluções de governo entre nós: as maiorias absolutas de Passos Coelho e de António Costa e a geringonça.

Sem cuidar agora de avaliar as políticas públicas que cada uma prosseguiu ou prossegue, creio ser entendimento geral de quem não está vinculado, quer ao Governo, quer à Oposição, que o debate era mais tranquilo quando éramos governados pela geringonça do que pelas maiorias absolutas.

**3** – Uma nota final: regressado ao Porto, leio no Expresso uma entrevista com o meu vizinho da página ao lado do Solidariedade, o Professor Paulo Pedrosa.

Deixo dela só um excerto, de que me aproprio: “os jovens estão desarmados. Mas também não queria ser simpático com os sindicatos porque não se aproximam deles ...” (Pergunta): “Os sindicatos excluem os jovens?” (Resposta): “Sobretudo não têm na agenda os mais qualificados, que aparecem como quadros e que nunca foram uma prioridade sindical, excepto em algumas profissões específicas, como os médicos, enfermeiros e professores. Esses sindicatos relacionam-se com o Estado. O problema está nos sindicatos e nos jovens do sector privado.”

## MOBILIDADE VERDE SOCIAL PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

# IPSS têm até dia 28 de setembro para se candidatar a um apoio a 100% não reembolsável

No âmbito do PRR e com o propósito de qualificar os serviços de apoio domiciliário, foi lançado o programa de apoio Mobilidade Verde Social - Aquisição de Veículos Elétricos o qual tem como objetivo o financiamento para aquisição de viaturas elétricas que possam responder ao aumento do nível das respostas sociais de proximidade e que promovam o máximo de autonomia das pessoas em Portugal Continental.

As IPSS, enquanto entidades de direito privado sem fins lucrativos, e equiparadas, que detêm acordos de cooperação celebrados com o Beneficiário Intermediário, Instituto da Segurança Social (ISS), para o desenvolvimento



da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário são os destinatários deste apoio.

Com esta medida, as instituições podem, até ao próximo dia 28 de setembro, candidatar-se a duas tipologias de veículos, que são apoiadas a 100%: T1 - Veículo Elétrico Ligeiro de Mercadorias com transformação; T2 - Veículo Elétrico Ligeiro de Passageiros com transformação.

Os apoios a conceder no âmbito deste aviso têm natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

A medida tem uma dotação orçamental de, aproximadamente, 29 milhões de euros para aquisição de 1.159 viaturas, num apoio máximo de 25 mil euros por veículo.

## CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

## Nepaleses levam o seu Festival Teej até à comunidade da Marinha das Ondas

Com o mesmo espírito vivido no Nepal, o Grupo Nepal e Portugal Cultural, com a colaboração do Projeto Sem Diferenças E8G implementado pela Cáritas Coimbra, estão a preparar as celebrações do TEEJ, importante festival para a Comunidade Hindu.

Os festejos irão decorrer no próximo dia 17 de setembro, no Gimnodesportivo Marinhense, na Marinha das Ondas, Figueira da Foz.

No Nepal, o festival Teej é especialmente vivido pelas mulheres, que nele celebram a felicidade do casamento, a prosperidade e os valores da família. Durante as festividades, as mulheres visitam templos para orarem pelo bem-estar dos seus maridos e filhos e pela purificação de sua própria alma. Vestem-se de roupas vermelhas, cor tradicionalmente usada pelas noivas no Nepal e que simboliza também poder. Neste dia, todas as mulheres vestem as suas melhores roupas – sári vermelho com ornamentos de ouro e colares compridos verdes. Há um espírito festivo ao redor dos templos e as mulheres cantam, dançam e celebram.

O festival tem a duração de três dias: o dia de encontro com as famílias; o dia do jejum; e o dia das festividades.

De acordo com a mitologia hindu, a Deusa Parvati jejuou e orou muito para voltar a estar com o marido Senhor Shiva. Tal como Parvati, as mulheres hindus devem jejuar para que as suas orações sejam ouvidas e celebrar após jejum a longevidade e a felicidade conjugal.

A Freguesia da Marinha das Ondas tem acolhido, nos últimos anos, uma expressiva comunidade nepalesa e, por isso, é esperado que este evento reúna mais de 150 pessoas da comunidade do Nepal para recriarem as suas festividades religiosas e culturais, dando possibilidade a esta comunidade de vivenciar o espírito das



suas origens.

Esta iniciativa é, no entanto, aberta a toda a comunidade, a convite do Grupo Nepal e Portugal Cultural que quer possibilitar que a comunidade conheça alguns aspetos da sua religião, cultura e gastronomia.

Por outro lado, a Cáritas Coimbra participou na criação do Atlas Global de Literacia em Saúde.

O Atlas Global é fruto de um esforço conjunto entre várias entidades europeias, incluindo a Cáritas Diocesana de Coimbra. Assim, no âmbito do projeto IDEAHL, foi elaborado um mapa

interativo com os resultados de uma extensa pesquisa realizada pelos parceiros no campo da literacia em saúde, literacia digital em saúde e boas práticas na área. A ferramenta é de acesso aberto e gratuito e foi desenvolvida para uma melhor usabilidade via computador ou tablet.

Este Atlas é fruto de um intenso trabalho de meses, liderado pela Universidade RMIT – sediada na Austrália e do seu Pólo de inovação localizado na Europa –, que coordenou diversas reuniões de cocriação com os parceiros para definir as funcionalidades, estrutura, design e usabilidade. É uma das primeiras ferramentas online que apresenta dados interativos que visualizam os níveis de literacia em saúde e literacia digital em saúde a partir de estudos realizados com cidadãos e cidadãs, pacientes e profissionais de saúde em todo o mundo.

A equipa internacional que trabalha no programa de investigação IDEAHL analisou mais de 12.000 estudos e exemplos de boas práticas sobre o assunto. Depois, a amostra foi selecionada para cerca de 450 exemplares de melhores práticas dos últimos cinco anos.

Os investigadores da RMIT trabalharam com a empresa de cartografia geoespacial dMap, para consolidar e visualizar os dados complexos num mapa interativo de fácil acesso, com dados brutos e uma lista de recursos de melhores práticas e políticas que poderá ser utilizado por qualquer pessoa e tem a pretensão de, no futuro, ser complementado com outras temáticas e resultados de outros locais do mundo.

A Cáritas Diocesana de Coimbra é a única representante portuguesa no consórcio, tendo participado em todas as fases da elaboração deste Atlas Global, desde a análise e seleção de milhares de estudos que embasaram esta pesquisa à sua cocriação.

FUNDAÇÃO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR, POMBAL

# Já está aberto o Jardim Sensorial do Lar Otília Lourenço, em Abiul

A Fundação Dr. José Lourenço Júnior, sediada em Abiul, concelho de Pombal concluiu a renovação do espaço exterior do Lar Otília Lourenço, com a criação de um Jardim Sensorial, de especificidades próprias e únicas no concelho.

Para os responsáveis da instituição, “um jardim sensorial é um lugar único e um caminho para o bem-estar”, pois é um espaço onde podem ser estimulados os sentidos e, dessa forma, a pessoa relaxar o seu interior e conectar-se com a Natureza.

“Nele, somos livres de apreciar as várias espécies de plantas e de pequenos animais que ali coabitam, tornando-nos nós mesmos uma parte integrante deste maravilhoso ecossistema. Acalmar a mente, reduzir o stress e restaurar a função cognitiva, são as principais experiências sensoriais que se podem usufruir”, referem ainda em nota enviada à redação do Solidariedade.

O usufruto de um jardim sensorial pode



diminuir o desconforto e proporcionar um renovado sentido de confiança. As possibilidades de escolha entre estar ao sol ou à sombra, de se sentar, deitar ou de explorar o espaço, contribuem para que os utentes experimentem benefícios psicológicos e fisiológicos.

Para além de mais, é um espaço de educação não-formal para todas as pessoas, independente de qualquer limitação física

ou cognitiva, favorecendo a inclusão social. A isto soma-se a perspetiva pedagógica para o ensino da biodiversidade, para além de uma opção recreativa e um espaço não-formal de promoção educacional para a sustentabilidade.

Assim, desde o início de setembro, o Jardim Sensorial do Lar Otília

Lourenço está disponível para usufruto, não apenas pelos utentes da instituição, mas também pelos de outras instituições, mediante marcação prévia.

A Fundação Dr. José Lourenço Júnior espera incrementar uma forte dinamização do espaço, com atividades diferenciadas para seniores e atividades intergeracionais, bem como a realização de workshops e ateliês, com a colaboração de parceiros diversos.

A concretização deste objetivo só foi possível com o apoio Prémio BPI Seniores, que no ano de 2022 contemplou a candidatura da instituição com uma ajuda financeira.

CENTRO DE BEM-ESTAR E REPOUSO DA PARÓQUIA DE SEVER, MOIMENTA DA BEIRA

## Investimento de 750 mil euros para aumento de capacidade em ERPI e Centro de Dia

No último dia de agosto, o Centro de Bem-Estar e Repouso da Paróquia de Sever, concelho de Moimenta da Beira, inaugurou uma nova zona das suas instalações, que foram alvo de obras de ampliação.

Com um investimento a rondar os 750 mil euros, a instituição sita no Bairro da Ponte, no lugar de Barracão, aumenta a capacidade em ERPI de 21 para 50 vagas e em Centro de Dia de 50 para 70 lugares.

“Esta estrutura em Sever é um excelente exemplo da política do Governo no âmbito

das respostas sociais que estamos a implementar em todo o país. Neste momento há cerca de 800 milhões de euros em obras neste sector”, revelou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que marcou presença na sessão. A ampliação das instalações do Centro de Bem-Estar e Repouso da Paróquia de Sever foi possível no âmbito de uma candidatura ao PARES 3.0.

Ainda no distrito de Viseu, a Associação de Solidariedade Social, Desportiva e Recreativa

de Vila Chã de Sá está a executar um investimento de 2,9 milhões de euros, que lhe vai permitir um significativo aumento de capacidade, passando a poder apoiar 63 idosos na ERPI, 10 utentes no centro de dia e uma centena no Serviço de Apoio Domiciliário. Recorde-se que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social anunciou no último dia do mês de agosto que o distrito de Viseu vai receber 40 milhões de euros, dos programas PRR e PARES, para um total de 67 projetos na área social.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISISIA CEREBRAL DE COIMBRA

## 34 artistas da APCC fizeram exposição coletiva de 73 esculturas, desenhos e pinturas

Ao longo de quase todo o mês de agosto, 34 artistas plásticos que exercem a sua atividade na Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) expuseram as suas esculturas, desenhos e pinturas, numa mostra que terminou no passado dia 4 de setembro.

Na Casa da Mutualidade, os visitantes puderam conhecer outras tantas identidades e universos criativos que têm em comum a ideia de que a condição orgânica do indivíduo não o limita, antes contribui para a sua multidimensionalidade pessoal, social e artística.

A Exposição Coletiva de Artes Plásticas da APCC venceu o seu caráter eminentemente artístico e colaborativo, tendo agregado parceiros que operam em diferentes sectores – no caso,

a APCC, A Previdência Portuguesa e o festival de música Luna Fest, em cuja agenda cultural se enquadrou –, numa parceria que pretendeu mostrar a toda a sociedade a importância da arte em si mesma, mas também enquanto promotora da participação.

As 73 obras que compunham a mostra foram produzidas no âmbito do Departamento de Artes Plásticas da APCC e são o resultado de reinterpretações pessoais de obras de referência (acrescentando-lhes características como a tridimensionalidade, por exemplo) ou de afirmações da individualidade artística dos seus autores.

A área artística constitui uma parte importante da ação da APCC enquanto promotora da inclusão social, desenvolvendo atividades não



só na área das artes plásticas, mas também da música e do teatro.



Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO  
INTEGRADA DE  
SERVIÇOS



SERVIÇOS  
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO  
COLETIVA



RESTAURAÇÃO  
PÚBLICA E  
CATERING DE  
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES  
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO  
ALIMENTAR



SEGURANÇA  
HUMANA E  
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E  
INCENTIVOS



TRABALHO  
TEMPORÁRIO E  
OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: [TRIVALOR@TRIVALOR.PT](mailto:TRIVALOR@TRIVALOR.PT)

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

MADEIRA

# Centro de Inclusão apoia mais de 450 pessoas com deficiência

Mais de 450 pessoas com deficiência recebem apoio através do Centro de Inclusão Social da Madeira, uma estrutura que agrega “diversas respostas sociais”, indicou a presidente do Instituto de Segurança Social da região autónoma.

De acordo com Micaela Freitas, o Centro de Inclusão Social da Madeira é uma “estrutura de referência nacional” e congrega 11 Centros de Atividade e Capacitação para a Inclusão, um Centro de Apoio à Deficiência Profunda e um lar residencial.

“Estas infraestruturas no seu conjunto apoiam mais de 450 utentes ao nível da transição para a vida adulta da pessoa com deficiência”, referiu Micaela Freitas.

A responsável falava na conferência de apresentação do Guia Regional de Cidadania e inclusão da Pessoa com Deficiência, no Funchal, um documento já disponível online e que se encontra em “atualização permanente”.

O guia tem como objetivo auxiliar a pessoa com deficiência na identificação dos apoios e recursos existentes, bem como no reconhecimento e promoção dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, com vista à sua autonomia, participação plena e autodeterminação.

A coordenadora do projeto, Ana Sousa, esclareceu que o guia “agrega informação sobre várias áreas de interesse dos serviços públicos

da Região Autónoma da Madeira e facilita a tomada de decisão na promoção dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência”.

O documento pretende ainda ser “uma ferramenta prática, dinâmica e atualizada na fácil identificação dos apoios e recursos existentes, com uma linguagem clara e acessível, que ajude as pessoas com respostas em função das suas necessidades”.

No decurso da conferência, a secretária regional da Inclusão Social e Cidadania, Rita Andrade, disse que o guia constitui “o cumprimento de mais uma orientação estratégica do programa do Governo” e destacou o trabalho dos 227 trabalhadores do Departamento de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

**TSR SOFTWARE IPSS ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995**

**28 ANOS DE PROFISSIONALISMO**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

- + de 900 clientes
- + de 40 aplicações

**Serviço completo e personalizado**

- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM [www.tsr.pt](http://www.tsr.pt)

TELEFONE (+351) 253 408 326  
Chamada para Rede Fixa Nacional

TELEMÓVEL (+351) 939 729 729  
Chamada para a Rede Móvel Nacional

EMAIL: [tsr@tsr.pt](mailto:tsr@tsr.pt)

Logos: APTAR, INET

PRIMEIRO-MINISTRO NO ARRANQUE DO ANO LETIVO PARA A INFÂNCIA

# Governo garante 85 mil vagas em creches gratuitas

O primeiro-ministro António Costa esteve no Montijo para testemunhar o arranque do novo ano letivo para a infância. Acompanhado pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e pela secretária de Estado Ana Sofia Antunes, o chefe do Governo afirmou que o programa “Creche Feliz” tem capacidade para 85 mil vagas. António Costa lembrou que no ano passado existiam cerca de 45 mil vagas e que se tem vindo “a aumentar a capacidade do número de crianças em creches gratuitas”, destacando que este ano serão mais 40 mil em relação ao ano anterior. “Há um ano, tínhamos 45 mil crianças abrangidas por esta medida. Chegamos ao final de junho com 60 mil crianças, precisamente, porque alargamos, quer ao setor solidário, quer ao setor privado - que não tinha parceria com a segurança social -, mais vagas nos locais onde havia carência. Estamos, neste momento, já com uma capacidade de oferta de 85 mil crianças”, garante.

António Costa aproveitou a ocasião para fazer um balanço do programa, recordando que inicialmente a gratuitidade abrangia apenas as crianças das famílias nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos para depois incluir todas as nascidas a partir de 1 de setembro de 2021 e que dessem entrada em creche em setembro de 2022.

O primeiro-ministro estabeleceu um paralelismo entre a média de nascimentos por ano em Portugal, que se situa nos 84.532 bebês e o número total de vagas agora anunciado, 85 mil, sublinhando que, pela primeira vez, haverá mais vagas do que crianças a nascer.

António Costa admitiu, no entanto, que não tem havido capacidade de resposta do governo para a criação imediata de vagas gratuitas nas creches, por causa do aumento da procura, da dificuldade de negociação com os parceiros privados e da inflação: “Há uma insuficiente capacidade de resposta relativamente àquilo que são as necessidades”.

António Costa visitou o Centro Infantil António Marques, da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, instituição que ampliou o número de vagas para crianças ao abrigo da nova portaria no âmbito do programa “Creche Feliz”. O Centro Infantil António Marques passa, no arranque deste novo ano letivo, das 72 para as 110 vagas. A entrada em vigor da portaria de 5 de julho permitiu aumentar o número máximo de crianças por sala e reconverter espaços previamente dedicados à infância. “Rasgámos a tradicional burocracia de complexidade de autorizações para que isso acontecesse, transformando-a numa autorização automática, desde que mantidas as condições de requisitos de qualidade de serviços às crianças, e com esta portaria conseguimos em dois meses 9.000 novas vagas graças a uma portaria de simplificação ao serviço das pessoas”, referiu a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Ana Mendes Godinho explicou ainda que a



D.R.

entrada em vigor e aplicação da portaria é “um processo em curso” e admitiu que ainda há creches que “estão neste momento a apresentar os pedidos à Segurança Social”.

“A Segurança Social tem estado a trabalhar em tempo absolutamente recorde para conseguir responder às instituições, sejam instituições do setor social, sejam instituições do setor privado”. Garantiu, por isso, que o processo não acaba hoje. “Muito pelo contrário, é um compromisso permanente para aumentarmos a capacidade porque a medida da gratuitidade teve capacidade de aumento exponencial da procura e isso só mostra que é a medida certa”, destacou, lembrando que está também prevista a construção de novos equipamentos, em sede de programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) e PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), para 20 mil novas vagas.

## AINDA FALTAM VAGAS

A Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) recebeu dezenas de pedidos de ajuda de famílias que não encontram vagas nas creches para deixar as crianças. “Temos pedidos de ajuda de dezenas de famílias que estão desesperadas porque não têm vaga para colocar os seus filhos, nem nas redondezas da sua residência nem perto do local de trabalho. E sabemos bem que os casos que existem são muitíssimo superiores aos que nos chegam”, contou à Lusa

a presidente da Confap, Mariana Carvalho.

No ano passado, o Governo lançou o programa Creche Feliz, que deveria garantir o acesso gratuito a uma creche para todas as crianças nascidas depois de setembro de 2021, mas a oferta existente só dava resposta a cerca de metade das 250 mil crianças com idade de frequentar uma creche, segundo dados da Carta Social.

O governo executivo decidiu, entretanto, que as creches poderiam aumentar o número de vagas, adaptando salas existentes ou permitindo ter mais uma ou duas crianças por sala, mas “falta operacionalizar” a decisão do Governo, disse Mariana Carvalho. “A legislação até foi célere, mas depois falha a operacionalização. As creches apresentaram projetos para poder receber mais crianças, mas não tem resposta por parte da segurança social”, criticou a representante dos pais.

A informação foi corroborada pela presidente da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular (ACPEEP), Susana Batista, que disse à Lusa que cerca de duas centenas de creches privadas apresentaram projetos para poder receber mais crianças, mas a grande maioria ainda não recebeu qualquer resposta ao pedido feito.

A ministra Ana Mendes Godinho disse estar em contacto com a associação na resolução dos problemas, admitindo “alguns nós” em alguns processos e justificando possíveis demoras com a necessidade, por exemplo, de verificação da qualidade ou da segurança das instalações.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# A China, os seus problemas e porque isso nos deve preocupar

A economia chinesa está a passar por dificuldades.

Curiosamente, na situação atual cruzam-se dois efeitos, um conjuntural (que seria a priori positivo) e outro estrutural que sabíamos negativo e que haveria de se manifestar, mais dia menos dia.

O lado conjuntural resulta do levantamento das duríssimas restrições da política de covid zero que a China colocou no terreno e que levou, por exemplo, ao fecho brutal de cidades como Xangai.

O que se antecipava era que a abertura da China pós-covid daria lugar a uma enxurrada de consumo privado que colocaria a economia a bombar em todos os cilindros.

Mas não é isso que está a acontecer, pelo contrário.

Os dados mais recentes mostram que as vendas a retalho em julho progrediram em base anual 2,5% e que a produção industrial terá aumentado cerca de 3,7%.

Não seriam números maus em muitas geografias, contudo, para a escala dos crescimentos a que a China nos habituou são registos muito pobres.

O mês de julho viu também as exportações e importações cair próximo de 15% e, pior que tudo, a China está a experimentar algo que não conhecia – a deflação. O índice de preços no consumidor entrou em negativo em julho, coisa que os chineses já não viam desde os tempos que se seguiram à turbulência da crise financeira de 2008/2009.

Não é fácil perceber a situação atual. Não se duvide que a abertura pós-covid empurrou a economia para cima – as pessoas podem ir agora a restaurantes, cinemas, viajar...

O problema é que, aparentemente, os fatores estruturais negativos estão a dominar.

O modelo de crescimento chinês assentava em pilares que já mostravam sinais de esgotamento ainda antes da crise do covid.

Quase um terço do crescimento chinês vinha do imobiliário e, em boa parte, do imobiliário residencial.

O boom do imobiliário chinês foi alimentado por um crescimento da dívida, que ameaçava tornar-se explosivo. As autoridades, em nome da estabilidade financeira, colocaram limites apertados ao endividamento dos promotores imobiliários, com a famosa política das três linhas vermelhas. O maior deles, a Evergrande, foi o primeiro a cair, agora, também o segundo maior do setor privado, a Country Garden, está em grandes dificuldades.

Desde pelo menos o início de 2022 que, quer as vendas de imobiliário, quer as novas construções, apresentam variações negativas muito pronunciadas. No caso das novas construções a taxa de variação (em m<sup>2</sup>) mantém-se na casa dos -20%, no caso das vendas, ultimamente a taxa de

queda tem moderado um pouco, mas ainda anda por cima dos -5%.

O segundo motor, as exportações, também parece pouco promissor. A procura global não está propriamente dinâmica, a concorrência interasiática é cada vez maior ao mesmo tempo que as políticas de reindustrialização do ocidente, aos poucos, vão fazendo o seu caminho.

Finalmente o terceiro motor, o investimento público, nomeadamente dos governos provinciais e locais, também já não tem tração porque estas entidades estão muito endividadas e a principal fonte de financiamento, a venda de terras para promoção imobiliária, já não funciona por motivos óbvios – simplesmente não há compradores.

A desesperada esperança seria o consumo privado. O problema é que o putativo empurrão da despesa das famílias teima em não dar sinais de vida.

Tempo difíceis, portanto.

Porque é que isto nos interessa? Por muitas razões das quais vou sublinhar duas.

A primeira é que a China tem sido (e continuará a ser) o maior contribuinte para a dinâmica da economia global. Durante muito tempo a China assegurou mais de um terço do crescimento da economia global. A China é de longe o maior operador em muitos mercados de matérias primas e, da saúde desses mercados, depende o bem-estar de muitos milhões de pessoas nos países que as produzem. Geografias como o Brasil, a Argentina, a Austrália e muitos países africanos podem passar mal se a economia chinesa arrefecer significativamente.

A segunda razão, quiçá, mais importante para nos preocuparmos é que, gostemos ou não, a China é um parceiro indispensável para a transição energética e para o controlo da catástrofe ambiental.

Desde logo porque a China é o maior poluidor mundial – sem descarbonizar a China não descarbonizamos o mundo.

Depois porque algumas das tecnologias básicas da descarbonização estão fortemente dependentes das cadeias de valor centradas na China.

Para uma transição energética bem-sucedida são necessários painéis solares eficientes e baratos. Na base dos painéis solares estão os filmes de silício policristalino os quais são produzidos na China, em grande parte na província de Xinjiang, a região de maioria uigur onde a violação dos direitos humanos é moeda comum, recorrendo a processos tudo menos limpos e, com certeza, a trabalho escravo ou perto disso.

É óbvio que não é impossível substituir grande parte da produção chinesa de filmes de silício policristalino. A Austrália, por exemplo, tem as matérias primas, o conhecimento e o capital para o fazer. Contudo, sobram dois problemas. Construir uma fábrica e colocá-la operacional

leva cerca de 6 anos e, no final, com as condições do ocidente, o custo do produto seria sensivelmente o dobro do custo na China.

Também as baterias são fundamentais no processo de transição.

Atualmente as baterias de ião de lítio são as mais avançadas que é possível produzir em escala industrial – são elas que alimentam os nossos telemóveis e os automóveis elétricos. Estão longe de ser perfeitas quer em termos de densidade energética ou de segurança e, para além disso, consomem, para além do lítio, metais nobres de extração difícil e cara.

Existem basicamente em duas variantes. Inicialmente a variante dominante usava, para além do lítio, níquel, manganês e cobalto (NMC) no processo produtivo. Estes metais são problemáticos porque os recursos estão concentrados em geografias muito específicas, algumas pouco recomendáveis como a República Democrática do Congo no caso do cobalto ou a Indonésia no caso do níquel.

Os cientistas conseguiram criar uma segunda variante que usa nos cátodos metais menos escassos a nível global, mais fáceis de extrair e mais baratos, nomeadamente, ferro e fósforo (LFF).

A China domina totalmente as cadeias de valor no setor das baterias, produz cerca de 75% das baterias NMC a nível planetário, e na variante LFF a quota da China é de 99%!

Resumindo, independentemente do que posamos pensar do sistema político chinês, a China tornou-se incontornável. Quando se trata de crescimento a nível global ou de transição energética nada é exequível sem a cooperação da China.

Durante a pandemia ficámos em pânico quando nos apercebemos de que a quase totalidade da produção mundial de ventiladores estava localizada na China.

O ocidente, em particular os Estados Unidos, vêm a China como um rival perigoso. Sem dúvida que deixámos chegar longe demais a dependência da China em muitos domínios de produção industrial.

A ideia de dissociar as economias ocidental e chinesa é obviamente inviável, contudo, uma política de redução progressiva dos riscos de sobredependência do império do meio parece-me avisada.

Pelo caminho há custos a pagar. Produtos mais caros no ocidente e turbulência na segunda maior economia do mundo são coisas que dispensaríamos, contudo, são porventura inevitáveis.

Como diria um conhecido político nosso conterrâneo: “é a vida!”



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🧴

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**Tempo de férias**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

GOVERNO DIZ QUE JÁ HÁ 22 PROJETOS EM CURSO

# Habitação Colaborativa e Comunitária aprovada como resposta social

A resposta de caráter residencial “habitação colaborativa e comunitária” conta já com 22 projetos aprovados, num investimento de 22 milhões de euros que prevê a criação de mais de 750 lugares, segundo informações divulgadas pelo Governo: “Temos já 22 projetos aprovados, com financiamento PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), para a criação de respostas inovadoras de habitação colaborativa e comunidades de inserção, resultado da necessidade de criar novas soluções de alojamento e integração de pessoas mais vulneráveis”, frisou Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

As condições de instalação, organização e funcionamento da habitação colaborativa comunitária, publicadas em portaria em Diário da República, no fim de agosto, referem que estas unidades terão capacidade de resposta para um mínimo de quatro e um máximo de 60 residentes.

Segundo a portaria do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, este modelo -- assente na coabitação, com unidades habitacionais independentes (apartamentos e/ou moradias) e áreas comuns e partilhadas que permitam a convivência -- pode ser gerido por instituições particulares de solidariedade social (IPSS), ou legalmente equiparadas, e entidades privadas que desenvolvam atividades de apoio social.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social destacou ainda que no âmbito do concurso para a requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais inovadoras, financiado pelo PRR, foram “apresentadas dezenas de candidaturas, assentes numa perspetiva de inclusão e de combate ao isolamento, de pessoas em situação de vulnerabilidade social”.

No que respeita à localização, estabelece a portaria, devem situar-se preferencialmente em áreas residenciais na comunidade e “ter, sempre que possível, acesso facilitado” de pessoas e viaturas e proximidade da rede de transportes públicos. Deve-se assegurar que não existem “barreiras físicas que dificultem ou impossibilitem a circulação na via pública envolvente e no acesso à residência”.

Estas unidades poderão funcionar em edifícios autónomos ou em parte de edifícios destinados a outros fins, “desde que compatíveis com o funcionamento e organização da resposta”, detalha a portaria, fixando ainda que “o número de unidades habitacionais da tipologia T0 não pode corresponder a mais de 20% do total”.

D.R.



Este tipo de habitação abrange diversos destinatários já previstos na resposta social, como pessoas idosas (inserido no plano nacional para o envelhecimento ativo), crianças e jovens, pessoas com deficiência e pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, bem como “outros destinatários, mediante avaliação concreta”.

Além do alojamento, esta resposta habitacional tem de incluir “um conjunto de serviços de apoio, adequado ao perfil individual, familiar e social dos residentes”, traduzido, por exemplo, em apoio psicossocial e atividades culturais, lúdico-recreativas e estimuladoras da autonomia física e mental.

A portaria estabelece as obrigações das entidades gestoras e os direitos e deveres dos residentes, bem como as condições de admissão.

As unidades de habitação colaborativa comunitária terão de ter uma direção técnica, “assegurada por um técnico com formação superior em ciências sociais e do comportamento, serviço social ou saúde, preferencialmente com experiência profissional ou formação específica na área do apoio social à população abrangida”, bem como uma equipa técnica, com “um número de profissionais flexível”, mas “com formação adequada e definida em função do número, perfil e necessidades dos residentes”.

O ministério assume como prioridade o alargamento da capacidade de resposta da rede de equipamentos e serviços de apoio social e é neste contexto que justifica o incentivo a “respostas residenciais sociais inovadoras assentes num modelo de habitação colaborativa e comunitária”, que tem como principal objetivo a vivência em comum, através de um equilíbrio entre a privacidade individual e o espaço coletivo.

## Lavandarias Profissionais IPSS



Parceiro Oficial

GRUPO LABLAD, LDA.  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 MAIA TLM 917571305  
info@milplus.pt – www.milplus.pt